**Regras orçamentárias que iluminam**

**o planejamento governamental**

Agora é hora de ir a fundo no processo orçamentário!

Estudando este módulo você saberá distinguir a finalidade de cada lei orçamentária (PPA, LDO e LOA) e estará preparado (a) para participar ativamente de cada uma das suas etapas.

Tudo pronto? Então, é só começar!

**Ciclo Orçamentário**

Talvez você já tenha falado sobre ele. Ele mostra as etapas de elaboração do orçamento, que se renova a cada de governo e se repete anualmente.

Conhecendo a finalidade de cada lei e seus prazos, torna-se mais fácil se organizar.

Isso é fundamental para uma maior participação da sociedade civil nas definições de prioridades para o exercício financeiro do ano.

Antes de conhecer as datas, identifique-as:

* PPA,
* LDO e
* LOA.

As suas datas são as seguintes:

* PPA – elaborado nos primeiros meses de mandato de cada;
* LDO – deve ser enviada para o Poder Legislativo anualmente e até o dia 15 de abril;
* LOA – o Executivo deve encaminhar ao Legislativo, também anualmente, até o dia 30 de setembro.

**OBS** – é importante assinalar que as datas podem variar de um município para outro. Para dirimir dúvidas, consulte a Lei Orgânica do seu município.

**Conheça a Função de cada preceito legal**

***Plano Plurianual – PPA***

* É elaborado nos primeiros meses de mandato de cada ;
* Nele, constam os objetivos, as diretrizes e as metas para as despesas de capitais (investimentos) a serem realizadas durante os quatro anos de governo e as despesas correntes delas originadas;
* Renova-se a cada novo mandato de governo. Entra em vigor no ano seguinte à sua aprovação e termina no primeiro ano do governo subsequente;
* Sobrepõe-se hierarquicamente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).
* **RELEVANTE**: Além de um planejamento a longo prazo, esse plano é, em primeiro lugar, a adequação das promessas feitas pelo candidato à realidade do município, do estado ou do país.

***Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO***

* Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA);
* Define prioridades e metas do governo para o período de um ano;
* É elaborada à luz das metas estabelecidas no PPA, pelo Poder Executivo (prefeito e secretários) e deve ser enviada para o Poder Legislativo até o dia 15 de abril.

Conheça o processo de construção da lei.

Na Câmara, os vereadores analisam, propõem emendas e modificações e votam até o dia 30 de junho. A Câmara reúne representantes de diversos partidos, concepções e demandas sociais, ao contrário do Executivo, que é a representação de um partido ou uma coligação. São os vereadores que trazem à discussão as necessidades e prioridades. Por meio dos vereadores e vereadoras é que se torna possível a maior intervenção da sociedade em geral.

***Lei Orçamentária Anual - LOA***

Conhecida como Lei do Orçamento, estima as receitas e fixa as despesas de 1 ano de exercício. A LDO é aprovada. A partir de então, o Executivo deve adequar ao projeto de LOA, encaminhando-a para o Legislativo.

Da mesma forma, o Legislativo propõe alterações, convoca o gabinete do prefeito e as secretarias para apresentação pública dos programas de trabalho e aprova o orçamento até 15 de dezembro. A LOA quantifica todas as receitas previstas e define as despesas públicas (os projetos e as atividades dos três Poderes).

***Passo a passo do Ciclo Orçamentário***

Cada poder exerce um papel específico no processo orçamentário. Ao Executivo cabe elaborar os projetos de lei e executá-los. Ao Legislativo compete discutir, propor emendas, aprovar as propostas orçamentárias e depois julgar as contas apresentadas pelos/as chefes do Executivo – prefeitos/as, governadores/as e presidente da República. Um poder não pode se intrometer na tarefa do outro.

Há órgãos encarregados da fiscalização e do julgamento das contas, como os Legislativos e os Tribunais de Contas. Como veremos, os cidadãos e as cidadãs também podem e devem participar do processo orçamentário e se preparar para expor suas propostas e reivindicações.

O ciclo orçamentário é composto de diversas etapas que se relacionam, se completam e se repetem continuamente. Esses passos são semelhantes na União, nos estados e nos municípios.

As diferenças podem estar nas datas-limite de cada um deles. No passo a passo orçamentário, apresentamos os prazos da União. Os prazos dos estados são definidos na Constituição Estadual e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Já os prazos dos municípios são estabelecidos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

1. O ciclo orçamentário tem início com a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual pelo Poder Executivo. Isso ocorre no primeiro ano de governo do presidente, governador ou prefeito recém-empossado ou reeleito. Na União, o chefe do Executivo deve encaminhar o projeto de lei do PPA ao Legislativo até o dia 31 de agosto.

2. Os membros do Legislativo discutem, apresentam emendas e votam o projeto de lei do PPA até o encerramento da sessão legislativa. Na União, esse prazo termina em 15 de dezembro. Se até essa data o PPA não for votado, o recesso é suspenso e os parlamentares continuam em atividade até concluir a votação.

3. Com base no PPA, o Executivo formula o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, definindo prioridades e metas de governo. Os governantes recém-empossados baseiam-se no PPA elaborado no governo anterior. Na União, o projeto de LDO deve ser enviado ao Legislativo até o dia 15 de abril.

4. Os membros do Legislativo têm até o encerramento da primeira parte da sessão legislativa (30 de junho, no caso da União) para examinar, modificar e votar o projeto de LDO. Do contrário, o recesso pode ser suspenso até que a LDO seja aprovada.

5. O Poder Executivo formula o Projeto de Lei Orçamentária Anual de acordo com o PPA e a LDO. A elaboração da proposta orçamentária começa no início do ano e é concluída depois da aprovação da LDO. Na União, o presidente tem até 31 de agosto para encaminhar o projeto ao Congresso Nacional.

6. O Poder Legislativo deve examinar, modificar e votar o projeto de LOA até o encerramento da sessão legislativa, que ocorre em 15 de dezembro. Caso contrário, o recesso é suspenso até que a votação seja concluída.

7. Os órgãos e as entidades da administração pública executam seus orçamentos e ficam sujeitos à fiscalização e ao controle interno do respectivo poder, assim como ao controle externo (Poder Legislativo, Tribunal de Contas e sociedade).

8. Até 30 dias após a publicação da LOA, o Executivo estabelece o cronograma mensal de desembolso e a programação financeira, de acordo com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

9. A cada dois meses, o Executivo reavalia as estimativas de receitas e despesas, para verificar se a meta fiscal será cumprida. Se necessário, para atingir a meta, os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) reduzem temporariamente os limites para a realização de despesas. Essa redução é denominada contingenciamento.

10. Conforme determina a Constituição Federal, 30 dias após o final de cada bimestre, o Executivo deve divulgar um relatório resumido da execução orçamentária (gastos do governo).

11. De acordo com determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, os três poderes divulgam um relatório de fiscal 30 dias após o final de cada quadrimestre. Isso permite comparar a despesa com pessoal e o montante da dívida pública com os limites previstos na legislação.

12. Após o encerramento do exercício financeiro (31 de dezembro), o Executivo elabora os balanços e os demonstrativos contábeis gerais (de todos os órgãos e entidades da administração pública). Cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) elabora sua prestação de contas separadamente.

13. O Executivo apresenta suas contas do ano anterior ao Legislativo em no máximo 60 dias após a abertura da sessão legislativa, que tem início em 15 de fevereiro, no caso da União.

14. O Tribunal de Contas emite parecer prévio sobre as contas do Executivo e dos demais poderes. Normalmente, isso ocorre em até 60 dias após o recebimento das contas pelo Tribunal.

15. O Legislativo julga as contas apresentadas pelo Executivo. No âmbito da União, não há prazo fixado.

16. O Executivo divulga um relatório de avaliação da execução do Plano Plurianual (PPA). Isso ocorre geralmente nos três primeiros meses do ano.

***Leis Orçamentárias***

O Orçamento da União é um planejamento que indica quanto e onde gastar o dinheiro público federal no período de um ano, com base no valor total arrecadado pelos impostos.

**Fiscalize** – Acompanhe a execução do orçamento deste ano por meio de relatórios, transferências e convênios.

**Emendas Parlamentares** – Consulte a execução das emendas propostas pelos parlamentares à Lei Orçamentária (LOA).

***Plano Plurianual (PPA)***

O PPA é um plano elaborado no primeiro ano de cada governante. Portanto, é elaborado a cada quatro anos. Há uma lógica por trás disso. Repare só: quando um governante assume o poder, tem o primeiro ano para propor seu programa de trabalho, adaptar sua plataforma eleitoral ou de campanha à forma de uma lei que norteará o planejamento e as ações do governo durante todo o seu mandato. Faz sentido, não é mesmo?

***Validade***

Começa no segundo ano do mandato de qualquer prefeito, governador ou presidente e vai até o primeiro ano de mandato do subsequente.

No plano devem constar, de forma regionalizada, os objetivos, diretrizes e metas da administração pública apenas para as despesas de capital e outras delas decorrentes (CF, artigo 165, parágrafo 2º).

Para ficar mais clara essa orientação constitucional, você deve entender muito bem o que são essas despesas de capital e as despesas correntes. Veja:

***Despesas de Capital***

As despesas de capital são, no geral, investimentos. Os investimentos são concretizados através da aquisição de bens, construção de unidades de prestação de serviços públicos, como hospitais e escolas, ou de compra de veículos, por exemplo.

São despesas pontuais, isto é, que ocorrem de vez em quando: não se compra carro ou computadores todos os meses para uma mesma secretaria de governo, não é verdade?

***Despesas Correntes***

É o nome que se dá às despesas relativas ao funcionamento do serviço público. Nesta primeira lei de planejamento do orçamento público, o PPA, só são registradas aquelas despesas correntes necessárias à manutenção dos novos bens.

Durante a gestão, o governo pretende construir 5 escolas? Isso tem que constar no PPA juntamente com os cálculos pertinentes ao funcionamento desse investimento: consumo de luz, água, telefone, pagamento de funcionários, professores, despesas com alunos, etc, etc.

O plano estruturado dessa forma proporciona ao cidadão ou legislador um retrato bem nítido das finanças do município ou estado, impedindo que governantes "visionários" prometam fazer mais do que os recursos arrecadados permitam. Serve para avaliar o impacto dos investimentos no orçamento.

***Um exemplo para ajudar a esclarecer:***

Se um governante propuser a construção de hospitais em seu segundo ano de governo, nos anos subsequentes, permanecendo constante a receita, haverá menos recursos disponíveis para investimentos. Isso acontecerá porque a manutenção dos recém-construídos exigirá recursos, que deixarão de ser de despesas de capital para proporcionarem despesas correntes de manutenção.

A elaboração do PPA ocorre no primeiro semestre do ano. Cada Lei Orgânica Municipal (ou Constituição Estadual) poderá trazer pequenas nuances em relação aos prazos que serão apresentados a seguir. Portanto, antes de participar do ciclo orçamentário, verifique os prazos válidos para sua cidade ou estado.

***Recapitulando***: etapas de uma lei orçamentária - PPA

O Executivo elabora o projeto de PPA até 31 de agosto, quando deve mandar para o Legislativo sua proposta. No Legislativo, o projeto de PPA é enviado para a comissão de orçamento e finanças (ou sua respectiva em cada Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa). Nessa comissão, o projeto de PPA recebe emendas que são discutidas entre os vereadores para posterior envio ao plenário para aprovação. Depois de aprovado, o projeto de lei do PPA, agora incluídas as modificações feitas pelos legisladores, é devolvido até o fim da sessão legislativa (15 de dezembro) ao Executivo que o sanciona (com ou sem vetos).

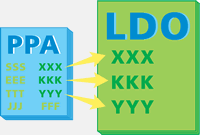
**É importante saber...**

O PPA, por ser um documento de planejamento de longo prazo, se impõe hierarquicamente sobre as demais leis que fazem parte do ciclo orçamentário, orientando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

***Reflita...***

Na ausência da lei complementar de finanças públicas, constata-se que os PPAs costumam ser mais parecidos com uma carta de intenções do que com aquilo a que ele se propunha originalmente. No entanto, mesmo quando sua elaboração parece ter sido criteriosa, a falta de tradição de um planejamento de longo prazo, ajudado por uma cultura inflacionária que durou algumas décadas, acaba por roubar a institucionalidade que essa lei deveria ter. Nesse sentido, não raro a lei do PPA, apesar de ter sido pensada como um documento mais estável e menos suscetível a alterações, acaba sendo revisada constantemente, retirando-lhe credibilidade.

***Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)***



Esta lei tem por finalidade fazer a conexão entre o planejamento de longo prazo representado pelo PPA e as ações políticas e necessárias no dia-a-dia, concretizadas no orçamento anual.

Sua função é orientar a preparação do orçamento pela escolha de prioridades e metas do PPA para o ano seguinte. Também devem fazer parte da LDO as alterações na legislação tributária e a política das agências financeiras oficiais de momento, bem como mudanças na política salarial e de pessoal.

Cada uma dessas normas tem um sentido. No caso da inclusão de prioridades e metas, o sentido é bem óbvio, quer dizer, orientar a elaboração da Lei do Orçamento segundo aquilo que foi estabelecido na lei hierarquicamente superior, isto é, o PPA.

Quanto à inclusão de alterações da legislação tributária, reza a legislação federal que nenhum imposto pode ser recolhido no mesmo ano em que for instituído. Sendo assim, para que o orçamento tenha uma previsão de receita precisa deve-se saber com antecedência a legislação tributária com a qual se conta, para que não se subestime nem superestime a arrecadação.

Finalmente, a inclusão na LDO de alterações na política de pessoal se dá porque, uma vez que gastos com pessoal normalmente constituem-se em um item de despesa nos mais elevados, qualquer alteração na política de pessoal pode causar grandes alterações no perfil do orçamento, liberando recursos ou constrangendo muito a capacidade do Estado de investir e prestar novos serviços.

**Recapitulando**: *etapas de uma lei orçamentária – LDO*

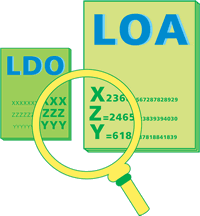
A LDO é uma lei anual, e os prazos para sua elaboração são os seguintes: até 15 de abril, o governo deve encaminhar sua proposta de LDO ao Legislativo. Este, após sua análise e emenda, deve devolvê-la ao Executivo até o término da primeira sessão legislativa, 30 de junho (CF, artigo 57). Caso o projeto de LDO não seja aprovado até então, os vereadores não podem entrar em recesso.

Mais uma vez, por falta de legislação complementar, temos uma situação interessante: nas diversas esferas de governo, repetem-se experiências de legislativos que pouco analisam o projeto de LDO, apressados que ficam para não perder o recesso de meio de ano. Outra nota interessante em relação à LDO é o fato de muitas vezes serem incluídos dispositivos estranhos às finalidades essenciais que deveriam estar contidos nesta lei, ainda que os mesmos sejam correlacionados ao tema.

Sendo um documento mais próximo e institucionalizado do que o PPA, nos municípios onde os movimentos sociais estão mais envolvidos com a questão orçamentária, a LDO tornou-se palco de disputas por agendas políticas mais amplas. Como exemplo, podemos citar a inclusão, em LDO do município do Rio de Janeiro, de dispositivo obrigando o Poder Legislativo a realizar audiências públicas para explicar a proposta orçamentária nas várias regiões da cidade.

Essa iniciativa seguramente não foi isolada, nem é a única que podemos citar de inclusão de dispositivos progressistas na LDO. Para trazer mais transparência na discussão das prioridades do orçamento de nossa cidade ou Estado, muitos são os expedientes que podem ser usados, e, quanto maior for a divulgação das experiências exitosas, maior será o estímulo para outros repetirem essas iniciativas.

***Lei Orçamentária Anual (LOA)***



A LOA traz, de forma detalhada, as ações que serão implementadas e executadas pelo poder público no período de um ano.

**Note bem**: nos municípios, o orçamento é uma das leis mais importantes. Sabe por quê? Nesta lei, está contido um planejamento de gastos que define as obras e os serviços que são prioritários naquela região, levando em conta os recursos disponíveis.

Nela está selecionado tudo o que é mais urgente e importante para a comunidade, deixando para uma próxima oportunidade os problemas menos graves.

Formalmente, é o Poder Executivo que toma essa decisão. Mas o processo político, o jogo de forças, o equilíbrio de poderes entre o Executivo e o Legislativo e a intervenção popular fazem com que essa decisão seja compartilhada.

Essas questões já foram discutidas no primeiro módulo após a distribuição dos R$ 53 milhões do município em que você foi prefeito ou prefeita. Está se lembrando? Se não, reveja suas anotações.

***O que está contido na Lei do Orçamento***

A LOA deve conter todas as receitas e todas as despesas relativas ao orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos, para um ano de exercício.

***Funções do orçamento***

Uma das funções do orçamento é a de reduzir as desigualdades interregionais segundo critério populacional. Essa função é também característica do PPA e foi estabelecida pela Constituição. Outra função é a de servir como instrumento de planejamento para o Poder Executivo e também de transparência para o controle da sociedade civil.

Vale destacar: se na esfera federal é fácil identificar essa necessidade, parece que nas esferas estadual e local essa função foi esquecida. Raramente, ouve-se falar em orçamentos estaduais que se propõem a reduzir as disparidades no acesso a bens e serviços.

No caso dos municípios, também é difícil termos notícias daqueles que tentam fazer os diversos bairros mais equilibrados em relação aos benefícios que vêm do orçamento. Veja o caso do Rio de Janeiro, por exemplo: será que o número de escolas por bairro corresponde ao número de crianças e adolescentes em idade escolar?

E no seu município? Você consegue identificar disparidades não atendidas pelo orçamento? Pense e guarde para você.

***Prazos para a elaboração***

Os prazos do orçamento são posteriores aos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Você já sabe por que isso acontece, mas nunca é demais lembrar.

Isso acontece porque a proposta de orçamento elaborada pelo Executivo deve ser adaptada às prioridades definidas na LDO.

Até o dia 31 de agosto, o Poder Executivo remete ao Legislativo o seu projeto de LOA. Para estados e municípios, esses prazos podem ser mais amplos e de acordo com que determinar a respectiva Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal.

Cabe ressaltar que, para o estado, os prazos são idênticos ao do orçamento federal, enquanto, para o município, o prazo é 30 de setembro. Fonte: art. 258 da LOM (a informação referente ao prazo do município).

***Etapas do processo de elaboração – Acompanhe os passos a seguir:***

O Executivo remete ao Legislativo seu projeto de LOA.

A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa assume a análise e a coordenação dos trabalhos referentes à inclusão de emendas e propostas de substitutivo e aprovação da lei.

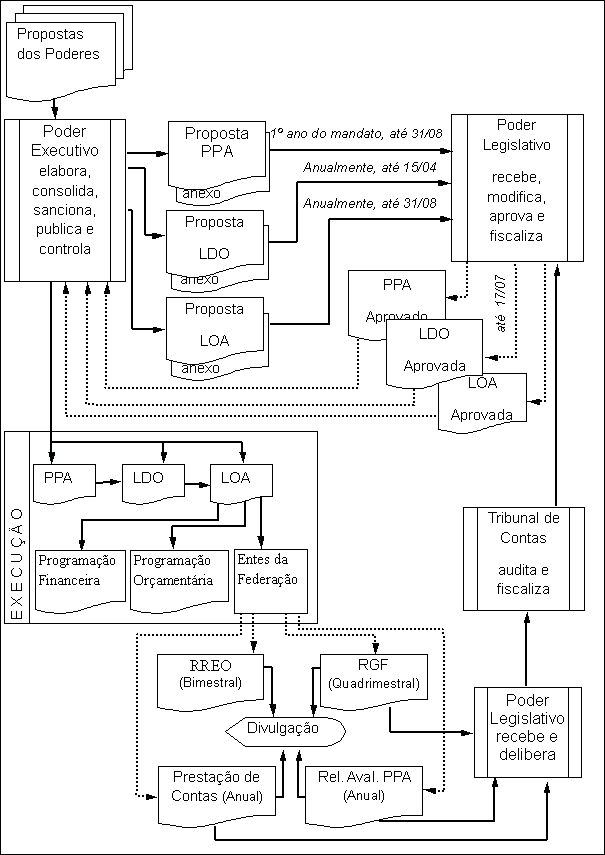
Proposta de orçamento do Executivo com alterações do Legislativo.

O Legislativo devolve a lei ao Executivo para ser sancionada antes do começo do ano de vigência do orçamento. Prazo máximo: 15 de dezembro, nem sempre cumprido.

***Na ausência da lei***

Pois é, o Legislativo pode atrasar a devolução do substitutivo. Nesse caso, o ano se inicia sem uma lei orçamentária aprovada. E agora? Bem, o Executivo fica autorizado a gastar 1/12 (um doze avos) das despesas correntes previstas na proposta orçamentária anterior, até a sanção da LOA. Fica proibido de gastar em despesas de capital.

Um resumo desse procedimento pode ser visualizado no desenho criado por MOGNATTI (2008):



Fonte: MOGNATTI (2005, p. 19). RGF: Relatório de Gestão Fiscal. RREO: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

***Aplicações mínimas***

A Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, determina gastos mínimos para duas áreas consideradas prioritárias no país: a saúde e a educação. Isso significa que, independente da orientação política do governo, uma destinação mínima da receita deve ser direcionada para essas duas áreas.

No caso da educação, a destinação mínima no orçamento público corresponde a 18% da arrecadação com impostos. No caso da saúde, corresponde à 13,2% da receita corrente líquida. Essas são as porcentagens para o governo federal.

Para as outras áreas, como segurança, pessoal e assistência, não há um mínimo constitucional. Pode haver um máximo, como é o caso das despesas com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal coloca que o gasto com pessoal não pode atingir 60% da receita. Essa, inclusive, é uma das principais pautas de discussão do orçamento público.

Isso porque o número de funcionários públicos continua crescendo e, cada vez mais, governos municipais e estaduais utilizam de artifícios não previstos para se adequar a esse limite. Essa discussão, no entanto, não se refere ao aumento ou à redução do limite de 60%, o que é justo, afinal a função do Estado não é alocar recursos por meio de emprego, mas sim a de ofertas de bens e serviços à população.

A discussão do gasto público com pessoal tem a ver com o que deve ser considerado na conta dos 60%, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal não define de forma clara. Assim, não se tem ao certo se deve incluir o pagamento dos inativos, dos funcionários terceirizados, entre outras obrigações.

***Orçamento Participativo***

O orçamento público também pode ser elaborado com a participação direta da população. Nesse modelo, os cidadãos debatem e discutem as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados.

É o orçamento participativo. E ele é normalmente realizado na esfera municipal. Assim, a prefeitura faz um estudo prévio das opções e possibilidades das obras a serem colocadas no orçamento público, porém, antes de a obra ser definida, as opções podem ser votadas e discutida em fóruns e audiências públicas.

Depois desta discussão, o projeto mais votado entra na respectiva lei orçamentária. Vale frisar que no orçamento participativo, o poder de decisão passa da alta burocracia e de pessoas influentes para toda a sociedade. Isso reforça a vontade popular para a execução das políticas públicas. Outro benefício do orçamento participativo é a prestação de contas do Estado aos cidadãos.

O orçamento participativo reforça a transparência por meio da publicação de informações orçamentárias e pela prestação de contas das autoridades e dos delegados do OP. Esses mecanismos geram confiança e melhoram a qualidade da governança nas cidades – e assim, contribuem para reduzir a corrupção e o mau gasto dos recursos públicos.

Mas, sobretudo, os maiores benefícios são o desenvolvimento de uma cultura democrática dentro da comunidade e fortalecimento da sociedade local, inclusive na criação de lideranças locais que representam a vontade das suas comunidades.

O orçamento participativo ocorre por meio de assembleias abertas e periódicas, que incluem etapas de negociação direta com o governo. Depois, as deliberações nessas assembleias são consideradas na elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual, que será enviada para a câmara municipal.

É significativo destacar que a Constituição de 1988 obriga os municípios a adotar como princípio na elaboração das leis orgânicas a “cooperação das associações representativas no planejamento municipal” (artigo 29, inciso XII).

Além disso, como aponta o jornalista José Ossian Lima, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), em seu artigo 44, determina que a gestão orçamentária participativa é condição obrigatória para que a Câmara Municipal aprove o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

O Estatuto da Cidade ainda especifica que a gestão orçamentária participativa deve incluir a realização de debates, audiências e consultas públicas.

Não existe uma receita universal para o funcionamento do orçamento participativo. Cada situação local será diferente da outra. Mas geralmente o ciclo de discussão, negociação e elaboração do orçamento participativo leva um ano e é composto dos seguintes estágios:

1. *Assembleias Locais e Setoriais*

Nessas assembleias, o prefeito relata aquilo que foi realizado e que não existia no período anterior, apresenta o plano de investimentos e as regras do processo do orçamento participativo. Os delegados locais e setoriais (temáticos e por questões específicas) do orçamento participativo são eleitos (ou designados), com base em critérios estabelecidos no conjunto de regras.

1. *Reuniões locais e setoriais*

São reuniões entre os delegados e as comunidades. Elas podem acontecer sem a presença das autoridades, se os delegados desejarem. Nessas reuniões, os participantes decidem os projetos prioritários que serão executados.

1. *Câmara Municipal*

Após as reuniões, o orçamento participativo chega à Câmara Municipal. Este é um evento onde o Comitê do Orçamento Participativo entrega oficialmente ao Prefeito a lista de projetos prioritários definidos através da participação dos cidadãos. É nesse evento que os membros do Comitê do Orçamento Participativo são oficialmente instalados.

1. *Desenho da matriz orçamentária*

O município e o Comitê do Orçamento Participativo fazem o desenho da matriz orçamentária. Estes são momentos essenciais e também os mais controversos do processo. O Plano de Investimento é criado, compartilhado com a população e, em seguida, publicado para ser usado no monitoramento e no cumprimento do que foi acordado.

**Vídeo**

https://www.zapmeta.com.br/video?q=gest%C3%A3o+or%C3%A7ament%C3%A1ria+publica+videos+divertidos

**Material de Apoio**

Pedro Luiz Cavalcante. O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do Planejamento e Orçamento no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 58 (2): 129-150 Abr/Jun 2007.

José Américo Martelli Tristão. A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros

Martelli Tristão é Mestre em Administração Pública e Governo, Doutorando em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas – EAESP.

François E. J. de Bremaeker. Panorama das finanças municipais no período 1997/2000.

**Sugestão de Leitura**

BREMAEKER, François E. J. Mitos e verdade sobre as finanças dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, IBAM, 1994.

CALMON, Paulo Du Pin. Os Três Mitos sobre a Democratização do Processo Orçamentário. Boletim Orçamento & Democracia, ano 1, n. 3, nov.1993.

CASTRO, Antônio Barros de. Introdução à economia: uma abordagem estruturalista. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

CASTRO, Jorge Abrahão. Gastos Públicos com a Educação Básica. In: RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília Vol. 79, Set.-Dez.1998.

CASTRO, Róbison Gonçalves de. Administração e Direito Financeiro e Orçamentário. 2 ed. Brasília, Vest-com Editora, 1998.

COSTA, Marcelo C. da, RANGEL, André da S. Perfil Orçamentário dos Municípios da Baixada Fluminense em 2001. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, FASE/IPPUR - UFRJ. Rio de Janeiro, Maio 2001.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 7 ed. São Paulo, Atlas, 1997.

IBASE - O Processo Orçamentário na Constituição de 1988. Boletim Orçamento & Democracia, ano 1, n. 2, jul.1993. (encarte)

MACHADO JR., José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 Comentada. 28 ed. Rio de Janeiro, IBAM, 1998.

ROCHA, José. Os Impostos e a Concentração de Renda. Brasília, Unafisco, 1991.

SILVA, Fernando Antônio Rezende da. Finanças Públicas. São Paulo, Atlas, 1983.

SCHMIDT, Davi Luiz. A "desidiotização" da cidadania. Porto Alegre, jul.1993, 198 p.. (dissertação de mestrado em educação pela UFRGS)

**Referências**

BASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Oficina publicada na Revista Educação Pública, em 16/12/2008. Acesso em: <http://www.ibase.br>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília: Senado Federal. 1996.

Da SILVA, Luís Carlos – "Efetividade do Sistema de Planejamento no Brasil: Uma análise da efetividade do planejamento no sistema orçamentário (PPA, LDO e LOA)” - Monografia apresentada para aprovação no curso de Especialização em Orçamento Público da Câmara dos Deputados. Brasília, DF - 2007.

GREGGIANIN, Eugênio. Reforma Orçamentária: propostas de ajustes no sistema de planejamento e orçamento (Orçamento Plurianula). Cadernos ASLEGIS, Brasília, n. 25, p. 21, jan/abr. 2005.

Leis Orçamentárias – Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br>.

MOGNATTI, Marcos César de Farias – “Transparência e Controle na Execução das Emendas Parlamentares ao Orçamento da União” - Monografia – Curso de Especialização em Orçamento Público – Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal – 2º Semestre 2008. Brasília, DF.

Orçamento Participativo: como funciona e como participar. Acesso em: <http://www.politize.com.br>.

PPA, LDO e LOA: as 3 siglas que definem o orçamento do governo. Acesso em: <http://www.politize.com.br>.

SANCHES, Osvaldo M. Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins, 2.ª Edição. Brasília: Prisma/OMS, 2004, 394p.

SANTA HELENA, Eber Z. O Processo de Alocação dos Recursos Federais pelo Congresso Nacional. In: Cadernos ASLEGIS. Brasília, v. 6, n. 21, p. 9-36, dez-2003.